BTCU

Administrativo

Boletim do Tribunal de Contas da União

Diário Eletrônico

Ano 53 | nº 170 | Terça-feira, 08/09/2020

Atos do Presidente	1
Comissões, Comitês e Conselhos	6
Comissão de Coordenação Geral	6
Secretaria-Geral de Administração	7
Secretaria-Geral Adjunta de Administração	7
Secretaria de Gestão de Pessoas	8
Diretoria de Legislação de Pessoal	8
Serviço de Concessão de Vantagens e Direitos	8
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade	10

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Boletim do Tribunal de Contas da União
Regulamentado pelo art. 98 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992,
e pelos §§ 3º a 5º do art. 295 do Regimento Interno do TCU

<http://www.tcu.gov.br>

btcu@tcu.gov.br

SAFS Lote 1 Anexo I sala 424 - CEP:70042-900 - Brasília - DF

Fones: 3527-7279/3527-7869/3527-2484/3527-5249

Presidente

JOSÉ MUCIO MONTEIRO FILHO

Vice-Presidente

ANA LÚCIA ARRAES DE ALENCAR

Ministros

WALTON ALENCAR RODRIGUES

BENJAMIN ZYMLER

JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES

AROLD DO CEDRAZ DE OLIVEIRA

RAIMUNDO CARREIRO SILVA

BRUNO DANTAS NASCIMENTO

VITAL DO RÉGO FILHO

Ministros-Substitutos

AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

MARCOS BEMQUERER COSTA

ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

WEDER DE OLIVEIRA

Ministério Público junto ao TCU

Procuradora-Geral

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA

Subprocuradores-Gerais

LUCAS ROCHA FURTADO

PAULO SOARES BUGARIN

Procuradores

MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO

JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA

SERGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

RODRIGO MEDEIROS DE LIMA

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Secretário-Geral

LUIZ HENRIQUE POCHYLY DA COSTA

segedam@tcu.gov.br

Boletim do Tribunal de Contas da União administrativo - Ano. 51, n. 197
(2018)- . Brasília: TCU, 2018- .

Diário.

Continuação de: Boletim do Tribunal de Contas da União Administrativo
Normal.

1. Ato administrativo - periódico - Brasil. I. Brasil. Tribunal de Contas da
União (TCU).

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Ministro Ruben Rosa

ATOS DO PRESIDENTE**PORTARIAS**

PORTARIA-TCU Nº 131, DE 4 DE SETEMBRO DE 2020.

Delega competência ao Secretário do Tribunal de Contas da União no Estado de Sergipe para assinar Acordo de Cooperação Técnica com diversas instituições e órgãos públicos no Estado de Sergipe, com o objetivo de dar continuidade às ações do Fórum Permanente de Combate à Corrupção (FOCCO) na referida unidade da federação.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o disposto no § 2º do art. 4º da Resolução-TCU nº 211, de 18 de junho de 2008, e considerando as informações constantes do processo nº TC-011.887/2015-0, resolve:

Art. 1º Fica delegada competência ao Secretário do Tribunal de Contas da União no Estado de Sergipe para assinar, em nome do Tribunal de Contas da União, Acordo de Cooperação Técnica com diversas instituições e órgãos públicos no Estado de Sergipe, com o objetivo de dar continuidade às ações do Fórum Permanente de Combate à Corrupção (FOCCO) na referida unidade da federação.

Art. 2º Fica designado o Secretário do Tribunal de Contas da União no Estado de Sergipe para zelar pelo acompanhamento da execução do Acordo a que se refere o artigo anterior.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MUCIO MONTEIRO

(Publicado no DOU Edição nº 172 de 08/09/2020, Seção 1, p. 126)

PORTARIA-TCU Nº 132, DE 4 DE SETEMBRO DE 2020.

Dispõe sobre a estrutura, o conteúdo e a gestão do Portal de Transparência e Prestação de Contas do Tribunal de Contas da União (TCU).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das competências que lhe são conferidas pelo inciso XXXIV do art. 28 do Regimento Interno do TCU, e

considerando o princípio da publicidade expresso no art. 37 da Constituição Federal;

considerando as exigências de publicidade estabelecidas na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e nas leis orçamentárias;

considerando o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação);

considerando o disposto no art. 9º da Instrução Normativa-TCU nº 84, de 22 de abril de 2020, que estabelece normas para a tomada e prestação e contas dos administradores e responsáveis da Administração Pública Federal;

considerando o disposto no art. 8º da Resolução-TCU nº 249, de 2 de maio de 2012, que versa sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei 12.527, de 2011, no âmbito do TCU;

considerando a necessidade de aperfeiçoamento contínuo da transparência administrativa no âmbito do TCU como instrumento de controle social; e

considerando as informações constantes do processo nº TC-029.101/2020-4, resolve:

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A estrutura, o conteúdo e a gestão do Portal de Transparência e Prestação de Contas do Tribunal de Contas da União (Portal de Transparência) observam o disposto nesta Portaria.

§ 1º O Portal de Transparência é a área do Portal do TCU, na internet, por meio da qual são disponibilizadas, para acesso público, as informações de interesse coletivo ou geral produzidas ou custodiadas pelo Tribunal.

§ 2º A disponibilização de informações no Portal de Transparência deve observar os princípios de dados abertos e os requisitos estabelecidos na legislação que disciplina a publicidade e a transparência na administração pública, bem como as regras de classificação da informação definidas no âmbito do TCU.

§ 3º O Portal de Transparência deve ser acessado por meio de chamada específica na página inicial do Portal do TCU, na internet, consoante § 1º do art. 9º da Instrução Normativa-TCU nº 84, de 22 de abril de 2020.

Art. 2º Para os fins desta Portaria, considera-se:

I - unidade coordenadora da transparência administrativa: unidade da Secretaria do TCU responsável por coordenar as ações necessárias à estruturação, atualização, adequação e integridade das informações disponibilizadas no Portal;

II - unidade responsável por informações: unidade da Secretaria do TCU responsável por fornecer, garantir a integridade e manter atualizadas as informações relacionadas à sua área de atuação que devem ser disponibilizadas no Portal; e

III - informação: conjunto de dados, textos, imagens, métodos, sistemas ou quaisquer formas de representação disponibilizados no Portal de Transparência com o objetivo de conferir transparência aos atos de gestão administrativa e de prestação de contas.

§ 1º A Secretaria-Geral Adjunta de Administração (Adgedam) é a unidade coordenadora do conteúdo referente à transparência administrativa no âmbito do TCU.

§ 2º As unidades responsáveis e as respectivas informações sob sua responsabilidade estão indicadas no Anexo Único desta Portaria.

Art. 3º O disposto nesta Portaria é aplicável, no que couber, às informações de transparência administrativa que estejam localizadas em outras áreas do Portal do TCU, na internet.

TÍTULO II DA ESTRUTURA E DO CONTEÚDO

Art. 4º A estrutura do Portal de Transparência deve ser definida pela unidade coordenadora da transparência administrativa em conjunto com a unidade gestora do Portal do TCU.

Parágrafo único. A estrutura do Portal de Transparência deve facilitar o acesso à informação pelo usuário externo ao TCU, por meio do uso de ferramentas de busca rápida e do agrupamento e categorização de informações.

Art. 5º O Portal de Transparência contém as informações produzidas ou custodiadas pelo TCU que devem ser de acesso público por força de ato normativo, bem como aquelas que o Tribunal julgar como de interesse coletivo ou geral que viabilizem o exercício do controle social sobre sua gestão.

§ 1º O conjunto mínimo de informações que deve ser disponibilizado no Portal de Transparência é o contido no Anexo Único desta Portaria.

§ 2º Informações relacionadas a transparência administrativa podem ser disponibilizadas também em outras áreas do Portal do TCU na internet, desde que essa disponibilização facilite sua identificação e o acesso por parte do público externo ao Tribunal.

Art. 6º As informações devem ser disponibilizadas no Portal de Transparência em mais de um formato de arquivo, incluindo formatos abertos e não proprietários, que possibilitem a leitura por máquina e o processamento automatizado.

Art. 7º Para cada informação do Portal de Transparência devem ser disponibilizados, para acesso público:

- I - a descrição da informação;
- II - a unidade responsável pela informação, com telefone e e-mail de contato;
- III - a fonte da informação;
- IV - a data da última atualização;
- V - a periodicidade de atualização; e
- VI - os formatos de arquivos disponíveis.

Art. 8º O Portal de Transparência deve conter ferramenta que permita a avaliação do seu conteúdo pelos usuários.

TÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS

Art. 9º Cabe à unidade coordenadora de transparência administrativa:

I - definir, em conjunto com a unidade gestora do Portal do TCU, a estrutura do Portal de Transparência;

II - acompanhar a atualização e a adequação das informações disponibilizadas pelas unidades responsáveis por informações e demandar, dessas unidades, as ações necessárias para garantir a integridade das informações do Portal de Transparência;

III - definir critérios e canais para o fornecimento das informações por parte das unidades responsáveis por informações;

IV - realizar avaliação periódica do Portal de Transparência e disponibilizar os resultados; e

V - propor a atualização do Anexo Único desta Portaria.

Art. 10. Cabe à unidade responsável por informações:

I - fornecer as informações identificadas no Anexo Único desta Portaria, de acordo com sua área de atuação;

II - manter atualizadas as informações de sua responsabilidade, de acordo com a periodicidade de atualização definida no Portal de Transparência; e

III - garantir a integridade das informações fornecidas.

Parágrafo único. A unidade responsável pela informação deve, no cumprimento de suas competências, observar as diretrizes estabelecidas pela unidade coordenadora de transparência e o disposto nesta Portaria.

TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 11. O Portal de Transparência deve ser avaliado, no mínimo, uma vez por ano, quanto à sua adequação a esta Portaria e aos demais normativos que regem a matéria, com a publicação de seus resultados em área específica do Portal.

Art. 12. Fica a Secretaria-Geral de Administração autorizada a atualizar o Anexo Único desta Portaria bem como expedir as orientações e regulamentações necessárias à sua operacionalização.

Art. 13. A unidade coordenadora de transparência administrativa tem 120 dias, contados da publicação desta Portaria, para adequar o Portal de Transparência aos dispositivos deste ato normativo.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MUCIO MONTEIRO

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA-TCU Nº 132, DE 4 DE SETEMBRO DE 2020.
INFORMAÇÕES DO PORTAL DE TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

INFORMAÇÃO	UNIDADE RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO
Agenda das autoridades	Assessoria de Cerimonial e Relações Institucionais (Aceri)
Agenda dos dirigentes	
BTCU Administrativo	Secretaria-Geral Adjunta de Administração (Adgedam)
BTCU Colegiados	
BTCU Especial	
Classificação das informações administrativas quanto à confidencialidade	
Deliberações do TCU para sua área administrativa	
Manual de classificação de processos administrativos	
Normas Administrativas	
Relatório de despesas com publicação no DOU	
Relatórios de Gestão - Prestação de Contas Anual	
Rol de informações classificadas do TCU	
Rol de Responsáveis	
Tabelas de valores de diárias nacionais e internacionais	
Viagens com ônus nacionais	
Viagens com ônus internacionais	
Relatório de Gestão do Presidente do TCU	
Relatórios de Atividades Anuais e Trimestrais	Instituto Serzedello Corrêa (ISC)
Concursos públicos	
Contratação de colaboradores internos (ISC)	
Empréstimo de ambientes organizacionais (ISC)	Secretaria de Auditoria Interna (Seaud)
Investimento em capacitação e cultura	
Relatório de Auditoria de Gestão, Certificado de Auditoria, Parecer do Dirigente do órgão de controle interno, Pronunciamento do Ministro-Presidente	Secretaria de Orçamento e Finanças (Secof)
Execução orçamentária e financeira detalhada	
Notas fiscais emitidas para o TCU	
Ordem cronológica dos pagamentos	
Projetos de grande vulto	
Relatório simplificado de gestão orçamentária	Secretaria de Comunicação (Secom)
Relatórios de Gestão Fiscal	
Relatório TCU em números	Secretaria de Gestão de Pessoas (Segep)
Demonstrativo de ocupação de funções de confiança	
Despesas com assistência pré-escolar, médica, auxílio-alimentação e auxílio-transporte	
Distribuição dos cargos em comissão	
Participantes de Conselho Fiscal ou Administrativo	
Quadro de pessoal por cargo/área/especialidade	
Relação de estagiários - estados	
Relação de estagiários - sede	
Relação de autoridades e servidores	
Relação de terceirizados - sede	
Remuneração de autoridades e servidores	
Remuneração de cargos em comissão	
Servidores cedidos	
Servidores em teletrabalho	
Tabelas demonstrativas do quadro de pessoal	
Adesões ao sistema de registro de preços de outros órgãos	
Atas de registro de preços	
Bens móveis permanentes	
Contratos	
Cotações eletrônicas	
Cotações nos Estados	
Dispensas	
Doações de mobiliário	
Empresas contratadas sancionadas	
Imóveis de uso especial	
Imóveis funcionais	
Inexigibilidades	
Licitações concluídas	
Licitações em andamento	
Penalidades aplicadas por faltas cometidas em certames	
Relação de terceirizados - estados	
Veículos oficiais	Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo (Semec)
Normas de controle externo	Secretaria de Engenharia (Senge)
Obras concluídas	
Obras em andamento	

COMISSÕES, COMITÊS E CONSELHOS**COMISSÃO DE COORDENAÇÃO GERAL****PORTARIAS****PORTARIA-CCG Nº 1, DE 4 DE SETEMBRO DE 2020**

Designa os integrantes do Comitê de Gestão de Pessoas (CGP) do Tribunal de Contas da União.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso de suas atribuições regulamentares e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 3º da Portaria-TCU nº 127, de 1º de setembro de 2020, resolve:

Art. 1º Ficam designados os servidores abaixo indicados para, sob a coordenação da primeira, integrarem o Comitê de Gestão de Pessoas (CGP), na qualidade de representantes das unidades básicas do Tribunal de Contas da União, em consonância com o art. 3º da Portaria-TCU nº 127, de 1º de setembro de 2020.

Composição do Comitê de Gestão de Pessoas (CGP)		
Cláudia Gonçalves Mancebo, Mat. 5640-5	Titular da Secretaria de Gestão de Pessoas	Coordenadora
Representantes das Unidades Básicas		
Unidade básica	Titular	Suplente
Segedam	Adriano Cesar Ferreira Amorim Mat. 5628-6	Daniel Luiz de Souza Mat. 5632-4
	Thyago Rodrigues Coimbra Mat. 6321-5	João Paulo Alexandre de Sousa Mat. 10597-0
Segecex	Marcio Andre Santos de Albuquerque Mat. 4204-8	Vanessa Lopes de Lima Mat. 9441-2
	Rosana de Azevedo Mat. 5133-0	Aline Fabiana Timm Cesario Mat. 5734-7
Segepres	Fábio Henrique Granja e Barros Mat. 3844-0	Henrique Lopes de Carvalho Mat. 3609-9
	Andre Anderson de Oliveira Barbosa Mat. 6595-1	Leonardo Ferreira Luitgards Mat. 6025-9

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURICIO DE ALBUQUERQUE WANDERLEY

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATOS PARA PUBLICAÇÃO****PERÍCIA MÉDICA
- Indeferimento -**

Em 04 de setembro de 2020

INDEFERINDO, no processo de interesse do servidor KLAUS FELINTO DE OLIVEIRA, AUFC, Matrícula 3859-8, o pedido de realização de perícia médica para fins de readaptação funcional, considerando o parecer médico e os documentos constantes dos autos, com fundamento na Resolução CFM 1.658/2002, no Código de Ética Médica, e no Manual de Perícia na Área de Saúde do TCU (Portaria-TCU 137/2010).

(TC 010.610/2020-0)

LUIZ HENRIQUE POCHYLY DA COSTA
Secretário-Geral de Administração

SECRETARIA-GERAL ADJUNTA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATOS PARA PUBLICAÇÃO****SUPRIMENTO DE FUNDOS
- Concessão -**

AUTORIZO a concessão de suprimento de fundos, consoante proposta contida no processo TC-030.767/2020-2 nos seguintes termos:

IDENTIFICAÇÃO DO SUPRIDO: Adriano de Barros Verino, matrícula 3380-4;

UNIDADE DE DOMICÍLIO: Sec-AP;

VALOR DO SUPRIMENTO: R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais);

NATUREZAS DE DESPESA/VALORES: 33.90.30 - Material de Consumo, PTRES 167469, no valor de R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais); e 33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, PTRES 167469, no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais);

MODALIDADE: Ordem Bancária de Pagamento - OBP;

PRAZOS: 30 (trinta) dias para a aplicação, a contar da data da disponibilização dos créditos no cartão; e 10 (dez) dias subsequentes para a comprovação dos gastos; e

FUNDAMENTO LEGAL: Portaria-TCU nº 193/2018, e suas alterações; bem como subdelegação de competência constante do inciso VIII do artigo 1º da Portaria-Segedam nº 10/2020.

Em 04 de setembro de 2020.

ADRIANO CESAR FERREIRA AMORIM
Secretário-Geral Adjunto de Administração

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**EXTRATOS PARA PUBLICAÇÃO****ABONO DE PERMANÊNCIA
- Concessão -**

Em 3 de setembro de 2020

FUNDAMENTO LEGAL: § 5º do art. 10 da EC nº 103/2019 e subdelegação de competência constante da Portaria-Segedam nº 3/2019.

CONCEDO o abono de permanência no processo de interesse do servidor abaixo relacionado, na forma proposta pela Diretoria de Legislação de Pessoal.

NOME/CARGO/MATR.	A PARTIR DE	PROCESSO
JOSÉ AUGUSTO PORTO NETO, AUFC, Matr. 906-7	14/11/2019	TC - 030.640/2020-2

CLÁUDIA GONÇALVES MANCEBO
Secretária

DIRETORIA DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL**SERVIÇO DE CONCESSÃO DE VANTAGENS E DIREITOS****EXTRATOS PARA PUBLICAÇÃO****LICENÇA CAPACITAÇÃO
- Concessão -**

Em 04 de setembro de 2020

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 87 da Lei nº 8.112/1990, com redação dada pela Lei nº 9.527/1997, Resolução-TCU nº 212/2008, Portaria-Conjunta ISC-Segep nº 1/2019 e subdelegação de competência constante da Portaria-Dilpe nº 170/2020.

AUTORIZO, no processo de interesse do servidor abaixo relacionado, a concessão da licença para capacitação.

NOME/CARGO/MATRÍCULA	PERÍODO DE FRUIÇÃO	PARCELA	QUINQUÊNIO	PERÍODO AQUISITIVO
BRUNO GUIMARÃES/ AUFC/ 6489-0 / SETIC/SEGEPRES	08/09/2020 a 02/10/2020	2ª	2º	01/06/2011 a 29/05/2016
CURSO/INSTITUIÇÃO: Fundamentos e Metodologia da Educação Corporativa/Evg. Formação de Conteudistas Para Cursos Virtuais - Módulo 1/Evg.				

(Solicitação Cesp nº 20773)

ALEXANDRE BELISARIO ALVES FERNANDES
Chefe substituto do SCV

LICENÇA CAPACITAÇÃO
- Concessão -

Em 04 de setembro de 2020

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 87 da Lei nº 8.112/1990, com redação dada pela Lei nº 9.527/1997, Resolução-TCU nº 212/2008, Portaria-Conjunta ISC-Segep nº 1/2019 e subdelegação de competência constante da Portaria-Dilpe nº 170/2020.

AUTORIZO, no processo de interesse do servidor abaixo relacionado, a concessão da licença para capacitação.

NOME/CARGO/MATRÍCULA	PERÍODO DE FRUIÇÃO	PARCELA	QUINQUÊNIO	PERÍODO AQUISITIVO
DENISE LOIANE CUNHA FONSECA / AUFC / 8594-4 / MIN-BD	21/09/2020 a 30/10/2020	1ª	2º	05/11/2014 a 03/11/2019
CURSO/INSTITUIÇÃO: Programa de Leniência Antitruste do Cade/Enap, Introdução ao Estudo da Economia do Setor Público/Enap.				

(Solicitação Cesp nº 20879)

ALEXANDRE BELISARIO ALVES FERNANDES
Chefe substituto do SCV

LICENÇA CAPACITAÇÃO
- Concessão -

Em 04 de setembro de 2020

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 87 da Lei nº 8.112/1990, com redação dada pela Lei nº 9.527/1997, Resolução-TCU nº 212/2008, Portaria-Conjunta ISC-Segep nº 1/2019 e subdelegação de competência constante da Portaria-Dilpe nº 170/2020.

AUTORIZO, no processo de interesse do servidor abaixo relacionado, a concessão da licença para capacitação.

NOME/CARGO/MATRÍCULA	PERÍODO DE FRUIÇÃO	PARCELA	QUINQUÊNIO	PERÍODO AQUISITIVO
GUSTAVO ALESSANDRO TORMENA / AUFC / 7652-0 / SEINFRAOPERAÇÕES/SEGECEX	05/10/2020 a 03/12/2020	1ª	2º	02/07/2011 a 29/06/2016
CURSO/INSTITUIÇÃO: Programa de Leniência antitruste do CADE/ENAP, Fiscalização de Projetos e Obras de Engenharia/ENAP, Comissão PAR/ENAP.				

(Solicitação Cesp nº 20845)

ALEXANDRE BELISARIO ALVES FERNANDES
Chefe substituto do SCV

SECRETARIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

EXTRATOS PARA PUBLICAÇÃO**DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR****- Reconhecimento -**

FUNDAMENTO LEGAL: art. 37 da Lei nº 4.320, de 1964; § 2º do art. 22 do Decreto 93.872, de 1986; subdelegação conferida pelo inciso V, art. 1º, da Portaria Segedam nº 2, de 2019.

RECONHEÇO, na forma proposta pelo Serviço de Programação e Execução Orçamentária das Unidades nos Estados (SEO/Diex), a Despesa de Exercício Anterior (DEA) abaixo:

Em 04 de setembro de 2020

FAVORECIDA	OBJETO	EXERCÍCIO	VALOR	PROCESSO
Nacional Vigilância e Segurança Ltda	Objeto: Trata-se do 2º Termo de Apostilamento de repactuação e reajuste dos preços do Contrato nº 01/2016-Sec-GO, cujo objeto é a prestação de serviços continuados de vigilância armada nas dependências da Sede da Secretaria do TCU no estado de Goiás, decorrentes das majorações ocorridas pelos seguintes fatores: 19/4/2019, reajuste do vale transporte; 1/1/2020, CCT 2020/2021 e exclusão da Contribuição Social de 10% sobre o FGTS; e 7/4/2020, reajuste de materiais (valores limitados à EC-95/2016).	2019	R\$ 344,40	TC 017.097/2020-7

LUIZ JOSÉ ADÃO
Secretário da Secof

DESPESA(S) DE EXERCÍCIO(S) ANTERIOR(ES)**- Reconhecimento -**

FUNDAMENTO LEGAL: art. 37 da Lei nº 4.320, de 1964; art. 22 do Decreto 93.872, de 1986; subdelegação conferida pelo inciso V, art. 1º, da Portaria Segedam nº 2, de 2019.

RECONHEÇO, na forma proposta pelo Serviço de Programação Orçamentária e Financeira (SPR/Dipex), a(s) Despesa(s) de Exercício(s) Anterior(es) (DEA) abaixo:

Em 03 de setembro de 2020

FAVORECIDO	OBJETO	EXERCÍCIOS	VALOR	PROCESSO
Herdeiros de Valdeir Almeida Silva Matrícula: 2158-0	Pagamento da URV - Acórdão 217/2005.	2004 a 2008	R\$ 29.626,07	TC - 028.444/2014-0
	Correção Monetária URV - Acórdão 217/2005.	2016 a 2018	R\$ 17.702,35	

LUIZ JOSÉ ADÃO
Secretário da Secof